

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/nº - Bairro Centro - CEP Tribunal - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
Tribunal de Justiça

**Ata Nº 75 de 15 de março de 2021.****PRESIDÊNCIA/DIGER/NUGES/CGPLS****ATA DE REUNIÃO DO DIA 02.03.2021**

Aos **02 (dois) dias do mês de março de dois mil e vinte e um (2.021)**, às **14h30min**, por meio da plataforma eletrônica Yealink, reuniram-se para discutir as metas do Plano de Logística Sustentável (PLS) para 2021, os membros da Comissão Gestora do PLS: a Excelentíssima Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS), a chefe de gabinete da Presidência Kênia Cristina Oliveira, a servidora do Núcleo de Gestão Socioambiental Leila Maria de Souza Jardim, as servidoras Agnes Souza da Rosa, Débora Regina Honório Galan e Maria das Dores.

Ausência justificada dos membros Glacielle Borges Torquato, Luciano Lima de Oliveira, Spencer Vampré e Desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho.

Como convidados participaram: o Exmo. Doutor Jonas Demóstene Ramos - Diretor Geral), Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral de Justiça Afonso Alves da Silva Junior, Rogério José Canalli - Diretor de Infraestrutura e Obras, Ernandes Rodrigues da Silva - Diretor de Tecnologia da Informação, João Ornato Benigno Brito - Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos, Ronilson Pereira da Silva - Diretor Administrativo, José Sebastião Pinheiro de Souza - Diretor do Centro de Comunicação Social, Coronel PM João Márcio Costa Miranda – Assessor Militar, Patrícia U. Idehara – servidora do Núcleo de Gestão Socioambiental (NUGES) e Paulo Vitor Gutierrez, servidor da Diretoria Administrativa.

Sob sua presidência, a Excelentíssima Desembargadora Ângela Prudente iniciou os trabalhos cumprimentando nominalmente a todos os presentes na reunião. Registrou seus agradecimentos aos membros da Comissão Gestora e aos servidores do NUGES pelo empenho no trabalho realizado, bem como estendeu os agradecimentos ao Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador João Rigo, à Corregedora Geral de Justiça Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe e ao Diretor Geral Jonas Demóstene Ramos, pelo apoio na implementação das ações do PLS.

Lamentou que gostaria de estar reunida presencialmente com os membros da CGPLS, mas avaliou que não podemos desanimar com a situação da pandemia em 2021, já que conseguimos vencer em 2020 com bastante trabalho e dedicação. Consignou que, com união e força de vontade, teremos êxito em alcançar a pontuação máxima do prêmio de qualidade na gestão do Exmo Des. João Rigo – Presidente do TJTO.

Aduziu que na reunião de hoje, será dado início à discussão sobre as metas e novas diretrizes para serem executadas em 2021. Posteriormente, haverá novas reuniões para definição das metas a serem cumpridas e a possibilidade de adoção como parâmetro o ano de 2019.

Em seguida, passou a palavra à Leila Jardim, Coordenadora do NUGES, que iniciou referindo que essa é a primeira reunião após o resultado do relatório de desempenho e que temos novas etapas e desafios. Que, a partir de agora, estamos adentrando na fase de planejamento do Plano de Logística Sustentável (PLS) e chegamos à essa reunião com vários pontos alinhados entre as Diretorias.

Passou a expor que a pauta da reunião de hoje é tratar somente sobre o estabelecimento das metas para 2021. Agradeceu ao Coordenador João Ornato Benigno Brito e a servidora Agnes Souza da Rosa, da COGES, por terem auxiliado na parametrização dos indicadores das metas.

Expôs que as metas devem estar alinhadas com o nosso planejamento estratégico, que entrou em vigor em 2021, com o objetivo de alcançar a visão e missão do Poder Judiciário. Delineou que a visão do TJTO é estar entre os melhores tribunais e ser reconhecido como mais moderno, célere e sustentável até 2026. Já a missão do TJTO é garantir cidadania através de uma justiça célere segura e efetiva. Dentre os valores do planejamento estratégico, estão a sustentabilidade e outros que se cruzam com ela.

Ressaltou que o nosso PLS receberá um novo conceito em 2021: um instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário (Resolução CNJ 325/2020), com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho.

De janeiro para cá, temos trabalhado nesse planejamento de metas e verificando a sua efetividade.

Explanou que, no PLS, adotamos o sistema de metas S M A R T (SPECIFIC/ESPECIFICA, MENSURABLE/MENSURAVEL, ATTAINABLE/ALCANÇÁVEL, REALISTIC/REALISTA, TIME BASED/TENHA PRAZO), pois permite o controle e a direção da mudança a favor do Órgão. Dessa forma, à medida que vamos monitorando, conseguimos saber se conseguiremos alcançar o resultado pretendido. Durante esse período de 10 a 12 meses, é possível mudar o roteiro para que essa meta seja alcançada.

Explicou que a pontuação de 45 pontos é um percentual bastante significativo para a pasta da sustentabilidade e que os parâmetros adotados estão em consonância com as diretrizes do CNJ. Que alguns indicadores passarão a ser medidos apenas a partir de 2021, como nos caso dos resíduos, pois antes não tínhamos a coleta seletiva instituída em Palmas e nas comarcas do interior.

Defendeu que o parâmetro a ser adotado deve ser o ano de 2019, eis que, em 2020, houve a pandemia e estivemos em teletrabalho, com natural redução de gastos em algumas áreas. Essa análise de cenário será feita levando em consideração toda a série histórica e de acordo com as diretrizes do CNJ.

Ao final, colocou o NUGES à disposição de todos os Diretores para tirar dúvida e obter esclarecimentos.

A Exma. Des. Ângela Prudente agradeceu a servidora pela dedicação e comprometimento. Reiterou que quem define as metas e indicadores é o CNJ, podendo haver mudança nos indicadores. Salientou que o plano de ação deve ser exequível. E, desde já, agradece e parabeniza as Diretorias e setores, que tem comprometimento no cumprimento das metas.

Pontuou que será encaminhado um processo SEI para que os diretores apresentem indicadores na próxima reunião e pediu empenho de todos no cumprimento do prazo para apresentação de sugestões. Agradeceu também o trabalho que tem sido realizado em conjunto pela COGES, o que demonstra espírito de equipe em prol do TJTO. Ressaltou o perfil de atuação da Chefe de Gabinete da Presidência Kênia Cristina Oliveira, que prima pela execução das ações com rapidez e eficiência, o que certamente trará impactos positivos nos resultados de 2021.

Conclamou a todos pela primeira deliberação: que a linha de parâmetro para cumprimento das metas seja o ano de 2019, tendo em vista o cenário instalado pelo advento da Pandemia.

Em sequência, Ornato explicou sobre o acompanhamento das metas do PLS. Primeiramente, deu boas-vindas aos novos Diretores de Comunicação, de Informática e Assessoria Militar. Salientou que NUGES e COGES estão trabalhando bem alinhados. Que o PLS está sendo reformulado em 2021 e quando os diretores

forem estabelecer as metas sobre cada indicador, a COGES trabalhará cada meta de acordo com a metodologia do CNJ e estará à disposição para sugestões e estudos.

Demonstrou satisfação quanto à deliberação do ano de 2019 como parâmetro, porque a eficiência operacional aferida em 2020 pode não ser real, em razão da pandemia. Ornato trouxe alguns exemplos e ponderou que acredita que a meta do papel é redução, porém pode ser aumentado o uso do papel reciclável, que seria um olhar transversal ao discutir cada meta. E que, primeiro o TJ tem que controlar 100% das impressões até 2022, para depois estabelecer a meta de redução.

Ornato ponderou que antes o PLS estava alinhado com o planejamento estratégico, mas não era um indicador do CNJ. Hoje, o IDS 2021-2026 conta como um indicador de composição (consumo de energia elétrica, número de veículos por usuário, consumo de copos descartáveis, papel, destinação de papel para reciclagem, água envasada, participação relativa as ações de qualidade de vida). Defendeu que esses indicadores devem continuar, exceto o de qualidade de vida, pois teme não conseguirmos trabalhá-lo em tempos de pandemia). Alinhavou que o IDS é um dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, o que demonstra que o êxito do TJTO depende de toda a engrenagem funcionar corretamente.

Em sequência, pediu aos diretores que alimentem os dados do sistema SIGA e façam sua homologação, porque não é possível NUGES e COGES efetuarem a cobrança todo início de mês.

Questionou aos demais participantes da reunião como será a meta e sugeriu que a meta seja determinada no período de 2021 a 2026, como determina o planejamento estratégico, podendo ser revista de dois em dois anos na RAE de líderes. Reiterou que cada diretor pode definir se sua meta é reduzir ou aumentar, porque isso depende de ser afinado com a alta gestão.

Instado pela Exma. Des. Ângela Prudente se o NUGES faz parte da RAE de líderes, Ornato esclareceu que não, mas a partir de agora, integrará por meio do Diretor Geral. Além disso, nada impede que o NUGES seja convidado a fazer parte da RAE de líderes formalmente, para que seja realizado o PDCA em cada meta.

A Desembargadora levantou o questionamento sobre a fixação da meta pelo período de 2021 a 2026, tendo em vista que se trata de um longo período e que o cenário muda constantemente e gostaria de ouvir os demais participantes sobre esse ponto.

Não havendo manifestações, o Diretor de Tecnologia da Informação Ernandes Rodrigues da Silva fez uso da palavra para pontuar sobre os indicadores impressão e telefonia. Aduziu que houve aumento do gasto e consumo desse último serviço, em razão do uso da necessidade de uso do sistema siga-me durante a pandemia. Mas haverá a instalação do sistema VOIP em Palmas, como feito na comarca de Araguaína, o que trará redução de consumo e gasto. Já a instituição do sistema de *outsourcing* possibilitará que a impressão seja controlada em todas as unidades do Poder Judiciário, tendo sido, inclusive, solicitado auxílio ao NUGES sobre a campanha da política de impressão.

O Exmo. Diretor Geral Jonas Demóstene seguiu parabenizando a atuação da Des. Exma. Ângela Prudente frente à CGPLS, assim como na Comissão de Gestão por competência. Lembrou que a sustentabilidade saiu do plano de macrodesafio da ONU, do qual o Poder Judiciário é signatário e, aqui no TJ, dentro de um contexto de vanguardismo, avançou muito sob a sua liderança.

Obtemperou que é indispensável desenvolver o eixo da comunicação com a sustentabilidade. Citou como exemplo a TV Senado, que sempre faz reportagens sobre a importância da comunicação e anseia que o Dr. José Sebastião Pinheiro de Souza intensifique sobre essa necessidade junto aos seus servidores, pois a sustentabilidade é uma causa coletiva, de solução individual.

Ponderou que, nas métricas definidas, houve muitos avanços no âmbito da instalação da energia solar. Nos projetos arquitetônicos e na construção dos novos fóruns, temos que nos atentar tanto à acessibilidade, quanto à sustentabilidade.

Relatou que, muitas vezes, os diretores tem dificuldade de alimentar o sistema e aproveitou o ensejo para solicitar ao Diretor de Tecnologia que seja elaborado um sistema mais simples utilizando outro tribunal como parâmetro.

Compartilhou um link da internet sobre a confecção de cartões de trabalho com papel semente, biodegradável, uma solução criativa e sustentável.

Por fim, por sua relevância e por abraçar todas as diretorias, aduziu que não é possível esgotar o tema numa só reunião, mas se colocou à disposição para continuar contribuindo e implementando as ações necessárias.

A Exma Des. Ângela Prudente frisou que o CNJ tem dado grande relevância à sustentabilidade e é importante trabalharmos nessa nova perspectiva, além da consciência que temos que disseminar dentro e fora da instituição. Instituímos uma rede de sustentabilidade e, recentemente, até ampliamos o curso de coleta seletiva para que os integrantes da REDE também façam o curso.

Solicitou, então, que o NUGES desenvolva mais esse trabalho junto à rede de sustentabilidade. Embora seja mais uma demanda para o Núcleo, quanto mais pudermos trabalhar em grupo e promover a inclusão de parceiros da rede, melhor. Sente que todos estão imbuídos no sentimento de plantar o presente para colher no futuro e que a continuidade é importante para todas as gestões. Que o futuro requer economicidade e preservação do meio ambiente. À exemplo, hoje, estamos tendo benefícios concretos de economia junto à gestão do TJ, ainda mais diante da situação da economia global nessa pandemia. E se cada um fizer a sua parte, vamos continuar avançando.

A servidora do NUGES Patricia Idehara pediu a palavra para se colocar à disposição dos novos diretores, assim como foi feito com os que os antecederam, uma vez que o Núcleo de Sustentabilidade estará em tratativas com as diretorias durante todo o ano de 2021, para fins de preenchimento de dados do SIGA, metas e indicadores.

Ressaltou a excelente parceria estabelecida com todas as diretorias no ano anterior e que isso foi primordial para o TJ cumprir a sua missão na sustentabilidade.

A servidora aduziu ainda que, ao ouvir as ponderações realizadas na presente reunião, entendeu que a sustentabilidade passou a ter caráter de missão institucional do Poder Judiciário, de forma a salvaguardar direitos e garantias fundamentais.

A chefe de gabinete Kênia Cristina Oliveira se colocou à disposição dos Diretores e reiterou o apoio da gestão do Presidente do TJTO João Rigo ao Núcleo de Sustentabilidade.

O Diretor do Centro de Comunicação Social José Sebastião Pinheiro de Souza agradeceu a receptividade, afirmou que pretende aprender muito com esse projeto e manifestou que seu objetivo é contribuir, por entender a importância da sustentabilidade na sociedade.

O Chefe de Gabinete da CGJUS Afonso Alves da Silva Júnior se manifestou em nome da Des. Etelvina Maria Sampaio Felipe, externando que a Corregedoria está de mãos dadas com esse projeto. Assinalou que a Des. Ângela Prudente é uma grande parceira e agradeceu pela disponibilidade.

O Diretor de Infra-Estrutura e Obras Rogério José Canalli compartilhou o seu otimismo com relação a nova gestão, pois sente que algumas das sementes que foram plantadas na gestão anterior serão colhidas na nova gestão. Mesmo com todos os percalços da pandemia, não tem dúvidas que a sustentabilidade no TJ será um sucesso. Mencionou que, atualmente, o maior gasto do Poder Judiciário é com energia elétrica. A par disso, duas usinas fotovoltaicas foram colocadas em funcionamento no TJTO e trouxeram visível redução nos gastos. Mencionou, ainda, que alguns edifícios de fórum vem sendo construídos com sustentabilidade.

O Assessor Militar João Márcio Costa Miranda manifestou que também abraçou a causa da sustentabilidade, mas no quesito segurança institucional, não é fácil melhorar a segurança com redução de gastos, principalmente, a partir de agora, que o TJTO passará a atender todas as comarcas com vigilância armada, sendo que antes, do total, apenas 19 comarcas eram contempladas. Nesse ponto, a Coordenadora do NUGES Leila Jardim o tranquilizou aduzindo que, quanto maior o investimento, melhor para o cumprimento da nossa meta, nos termos do que dispõe a Res. 201 do CNJ.

### Deliberações:

1. A linha de parâmetro para cumprimento das metas será o ano de 2019, tendo em vista o cenário instalado pelo advento da Pandemia;
2. O NUGES encaminhará às Diretorias o processo SEI nº 21.0.000004538-9, contendo as planilhas em *excel* com as Metas do Plano de Logística Sustentável 2021, até dia 04 de março;
3. As Diretorias deverão apresentar resposta ao processo SEI nº 21.0.000004538-9 com as sugestões das metas até o dia 25 de março do corrente ano;
4. A planilha de metas é relativa ao período de 2021-2026, mas deve ser preenchida pelas Diretorias apenas a previsão para o ano de 2021;
5. Restou designada a data **de 29/03/2021, às 14h30, para a próxima reunião**, para consolidação das metas, da qual saíram os presentes cientificados.

Ao final, a Exma. Des. Ângela Prudente reiterou a importância do processo SEI acima mencionado ser respondido dentro do prazo estabelecido, apresentando os indicadores e metas para que possam ser consolidados na próxima reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, Desembargador**, em 15/03/2021, às 19:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Urcino Idehara, Analista Judiciário**, em 15/03/2021, às 20:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leila Maria de Souza Jardim, Técnica Judiciária**, em 15/03/2021, às 20:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Agnes Souza da Rosa, Analista Judiciário**, em 16/03/2021, às 08:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ SEBASTIÃO PINHEIRO DE SOUZA, Diretor do Centro de Comunicação Social**, em 16/03/2021, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo**, em 16/03/2021, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Maria das Dores, Escrivã Judicial**, em 16/03/2021, às 09:15,



conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Cristina de Oliveira, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 16/03/2021, às 09:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João Ornato Benigno Brito, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos**, em 16/03/2021, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 16/03/2021, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Vitor Gutierrez de Oliveira, Técnico Judiciário**, em 16/03/2021, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério José Canalli, Diretor de Infra-Estrutura e Obras**, em 16/03/2021, às 13:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3596395** e o código CRC **12ED2967**.